



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº DE 2013

(Do Sr. Rubens Bueno)

Requer que se determine a realização de auditoria pelo Tribunal de Contas da União, com vistas a apurar irregularidades no uso de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) constantes do Relatório de Fiscalização da Controladoria-Geral da União (CGU)

Senhor Presidente,

Com fulcro no art. 71, inciso IV, da Constituição Federal e no artigo 24, inciso X do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), requero que se determine a realização de auditoria pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com vistas a apurar as irregularidades constantes do Relatório de Fiscalização da Controladoria Geral da União (CGU), realizada em 180 municípios entre 2011 e 2012, que descobriu fraudes e erros no uso de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

JUSTIFICAÇÃO

O presente Requerimento justifica-se em face das irregularidades apontadas no Relatório de fiscalização da Controladoria-Geral da União (CGU) realizada em 180 municípios entre 2011 e 2012, que descobriu fraudes e erros no uso de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Na análise, os auditores da CGU detectaram gastos incompatíveis com objetivo do fundo, além de falhas administrativas, como movimentação do dinheiro fora da conta específica.

Vale salientar que esses dados foram amplamente divulgados nos sítios eletrônicos do O_Globo.com e Exame.com, cujas informações extraídas do Relatório da CGU, demonstraram que dos 180 municípios fiscalizados entre 2011 e 2012, em 73,7% desses municípios houve falta de competitividade, direcionamento e simulação de processos licitatórios. Em 69,3% dos municípios foram detectados gastos incompatíveis com o objetivo do fundo. E em 25% havia contratos irregulares.

De acordo com a matéria jornalística publicada no sítio eletrônico da Exame.com, nos dois últimos anos, a CGU fez auditoria em 64 municípios que usaram o dinheiro do fundo, Em 46 deles, os auditores detectaram problemas nas licitações, como direcionamento, montagem e até simulação dos processos de competição. O relatório indica que o percentual de municípios flagrados em situação de irregularidade aumentou. Numa amostra de 120 prefeituras, fiscalizadas entre 2007 e 2009, 41% cometeram fraudes nas concorrências.

Segundo informa a referida matéria jornalística, a CGU aponta ainda outros problemas, dentre os quais, ressaltam que nos dois últimos anos, 70% dos municípios fizeram despesas incompatíveis com a finalidade do Fundeb. Em 25% dos casos, houve falhas na execução de contratos. É comum o uso do dinheiro sem qualquer controle ou prestação de contas: 32% sacaram dinheiro do fundo na boca do caixa. Há situações em que a retirada dos recursos foi feita pelo gestor pouco antes da posse de um novo prefeito. O relatório também cita a contratação de empresas fantasmas para o transporte escolar.

Diante do exposto, entendemos que é importante a realização de uma auditoria pelo TCU, pois, haverá subsídios mais completos para instruir as



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ações a serem empreendidas no sentido de elucidar os fatos e aplicar as devidas sanções, caso se confirmem as irregularidades aferidas, uma vez que é função precípua deste Parlamento fiscalizar a aplicação correta dos recursos públicos.

Sala das Sessões, em de de 2013.

Deputado RUBENS BUENO
PPS/PR